Revista de Ciências Humanas e Sociais | ISSN: 2447-0244
v. 4, n. 1 - Edição Especial - 2018
Missões

TRANSIÇÃO OU RECESSÃO? O DILEMA CONTEMPORÂNEO DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS

TRANSITION OR RECESSION? THE CONTEMPORARY DILEMMA OF LIBERAL DEMOCRACIES

Fábio Hoffmann[1]

Resumo: A terceira onda democrática e a ruína do regime soviético estimularam uma agenda de pesquisa dividida em múltiplas linhas de análises sobre o estado da democracia no mundo. O objetivo deste artigo é fazer uma discussão da literatura recente sobre as transformações que a democracia vem sofrendo em muitos países. O enfoque se dá sobre duas visões abrangentes: a primeira delas argumenta que há evidências de uma nova fase de transição do regime trazida pela demanda por democratização a níveis locais, transnacionais e até global, enquanto que a segunda acumula dados para corroborar a existência de uma trajetória de recessão democrática ocorrendo em muitos países. A partir destas perspectivas, este trabalho explora o que denomina de dilema do paradoxo intrínseco da democracia liberal, ou seja, a peculiaridade genética deste regime de restringir os cidadãos comuns das arenas reais de tomadas de decisões políticas. Por fim, é feito alguns apontamentos para a saída desse dilema que tem acompanhado a democracia liberal desde seu nascimento.

Palavras-chave: democracia – transição democrática – recessão democrática – democracia liberal.

Abstract: The third democratic wave and the ruin of the Soviet regime stimulated a research agenda divided into multiple lines of analysis on the state of democracy in the world. The purpose of this article is to discuss the recent literature on the transformations that democracy has been suffering in many countries. The focus is on two overarching views: the first one argues that there is evidence of a new transition phase of the regime brought about by the demand for democratization at local, transnational and even global levels, while the latter accumulates data to support the existence of a trajectory of democratic recession occurring in many countries. From these perspectives, this work explores what it calls the dilemma of the intrinsic paradox of liberal democracy, that is, the genetic peculiarity of this regime to restrict ordinary citizens from real arenas of political decision-making. Finally, some notes are made on the way out of this dilemma that has accompanied liberal democracy since its birth.

Keywords: democracy – democratic transition – democratic recession – liberal democracy.

INTRODUÇÃO

A democracia tem sido o principal tema de estudos e pesquisas da ciência política contemporânea desde meados do século XX. As análises mais sistemáticas procuraram

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), tem especialização em Marketing, Direito Eleitoral e Partidário pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), e é bacharel em Ciência Política pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). E-mail: molahms@gmail.com

estabelecer uma relação entre desenvolvimento econômico e democracia (LIPSET, 1959), entre padrões culturais e desenvolvimento democrático (ALMOND; VERBA, [1963] 1966), desenvolvimento sócio-histórico e democracia (MOORE, [1966] 1983), ou simplesmente a racionalidade dos atores e a aplicação do desenho institucional (SCHUMPETER, [1942] 2017; DOWNS, [1957] 1999; DAHL, [1971] 2012; SARTORI, [1957] 2017; BOBBIO, 86).

Aos promissores estudos e pesquisas sobre a democracia em uma ordem que se delimitou como liberal em um contexto de Guerra Fria e bipolaridade acirrada entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos se somou uma agenda de pesquisas que veio a reboque do fenômeno que foi caracterizado como terceira onda democrática (HUNTINGTON, 1991). Transição (O'DONNELL; SCHIMITTER; WHITEHEAD, 1988) e consolidação (LINZ; STEPAN, 1999) passaram a serem conceitos amplamente explorados, criticados e ressignificados ao longo das décadas de 80 e 90.

A ruína do bloco socialista seladas com a Glasnost e a Perestroika[2] estimularam certa euforia entre os círculos liberais, o que acabou simbolizando máximas como o "fim da história" (FUKUYAMA, 1992) e a vitória da ordem liberal com uma democracia sem "inimigos" (SARTORI, 2017). No entanto, não demorou para que países com jovens democracias apresentassem problemas de desempenho. Nações com tradições autoritárias não desempenharam tão bem a cartilha do modelo de democracia liberal quanto os teóricos imaginavam, e lideranças políticas fizeram das regras de competição política um jogo de cartas marcadas, ora perpetuando-se no poder, ora comprometendo a lisura burocrática e o funcionamento do Estado de direito. Vladmir Putin, na Rússia, e Hugo Chávez, na Venezuela são sempre os principais símbolos dessa argumentação.

Desde então, duas linhas gerais de análise tem procurado contextualizar o momento crítico pelo qual vem passando os regimes democráticos de modelo liberais. A primeira delas destaca o caráter transitório da democracia e aponta para a existência de uma demanda por democratização a nível transnacional e até global, sendo essa capacidade de se transformar e se adaptar de acordo com novas realidades sociais e econômicas, um traço peculiar seu. A segunda, por sua vez, traz a argumentação da existência de uma trajetória de recessão democrática ocorrendo em todo o mundo.

Este trabalho tem o objetivo de explorar esse debate e chamar a atenção para o que denomina de dilema do paradoxo intrínseco do modelo liberal de democracia que, ao afastar os cidadãos comuns das arenas reais de decisão política, acaba gerando um abismo no

[2] A Glasnost e a Perestroika foram um conjunto de reformas feitas no governo de Mikhail Gorbachev, tanto políticas, quanto econômicas, que aceleraram a desintegração do bloco soviético.

sentimento de representatividade que é justificado pela queda do apoio de massas ao regime. Paralelamente a queda no apoio há um fortalecimento na cartelização financeira do acesso aos resultados gerados pela democracia, o que acaba corroendo sua arquitetura e fomentando sua incapacidade de gerar os anticorpos necessários para sua sobrevivência.

O artigo está organizado da seguinte forma: primeiro, é feita uma caracterização daquilo que este trabalho entende por democracia liberal; num segundo momento são apresentados os debates correntes sobre o contexto atual das democracias liberais como transição e recessão em momentos distintos; em seguida apontamos o que chamamos de dilema do paradoxo intrínseco da democracia liberal, o fato desse regime afastar os cidadãos comuns das arenas reais de decisão política; alguns diagnósticos são apontados a favor da argumentação da transição e outros para a recessão, e; por fim, trazemos algumas uma breve conclusão que pode ser tirada desse debate.

O QUE É UMA DEMOCRACIA LIBERAL?

Segundo Gallie (1956) a democracia constitui um bom exemplo daquilo que denominou de conceitos essencialmente contestados, ou seja, conceitos nos quais os debates e elaboração teórica jamais chegariam a um acordo. Isso em razão de sua natureza polissêmica, pois como afirma Dahl (2016), ela tem significados diferentes para diferentes povos e em diferentes lugares e momentos históricos distintos. Por esse motivo é que LUCAS (1985) argumenta que a democracia deveria ser um adjetivo e não um substantivo. Justamente para escapara a tentação de se procurar um país no qual haja um regime democrático supostamente perfeito, e que este estabeleça uma hierarquia no mérito para todos os demais.

Para os cidadãos atenienses, por exemplo, seu regime de governo era democrático, mesmo excluindo a maior parcela de sua população representada pelos escravos, mulheres e estrangeiros. Para os cidadãos norte-americanos seu regime era democrático mesmo excluindo os negros até a metade do século XX. E para os cidadãos modernos sua sociedade é democrática, dado em vista certa competição política e sufrágio universal, mesmo que negligencie massivamente as mulheres, estrangeiros e pobres dos centros reais de decisões políticas.

A definição clássica de Schumpeter (2017), caracterizando a democracia como um regime que possua ampla competição política e ampla participação ainda é uma referência central. Esta definição estabelece os procedimentos mínimos necessários para que, de acordo

com a Freedom House, o regime seja declarado uma democracia eleitoral[3]. Dhal (2012) aprimorou a definição minimalista de Schumpeter e definiu que uma democracia é o regime onde existam contestação e inclusão, uma vez aplicadas em eleições regulares e idôneas, com liberdade de expressão e associação, além de acesso a fontes alternativas de informação que não somente as veiculadas pelo Estado.

Uma democracia eleitoral é um regime no qual foram instalados os procedimentos mínimos, no entanto, é preciso avançar em outras dimensões para que a democracia tenha uma boa consolidação. Linz e Stepan (1999) argumentam que uma democracia (liberal) consolidada apresenta cinco características: uma sociedade civil livre e ativa; sociedade política autônoma; Estado de direito para assegurar garantias quanto à liberdade dos cidadãos; uma burocracia estatal; e uma sociedade econômica como mediadora entre Estado e mercado, atuando para normatizar e regulamentar o campo econômico.

Antes destas definições apontadas acima, e que se tornaram clássicas, Merriam (1947) procurou conceituar democracia como uma forma de organização política na qual o controle e a direção dos interesses coletivos seriam exercidos pela maioria de acordo com convenções e normas, garantindo, assim, a participação e o consenso. Uma caracterização que encontrou dificuldade de operacionalidade, pois: como a maioria iria exercer, de fato, o controle de seus interesses, uma vez dada a complexidade social e a formação inexorável de elites.

Uma democracia liberal, portanto, conjuga elementos como: Estado de direito; competição por meio de partidos políticos e demais instituições representativas; participação por meio do voto em eleições, plebiscitos e referendos; mecanismos de *accountability*[4] vertical e horizontal; uma sociedade civil livre e forte; liberdade de imprensa com fontes diferenciadas de informação; liberdade individual; igualdade política e jurídica, sem que necessariamente isso reclame uma igualdade social.

A VISÃO TRANSITOLOGISTA

Esta visão segue ligada a percepção realizada por alguns analistas de que a democracia liberal caminharia para o pós-nacionalismo, ou seja, para uma democratização cada vez mais

[3] Para classificar se um país é uma democracia eleitoral a Freedom House busca elementos procedimentais como voto universal, nível de competição entre as elites políticas, acesso aos meios de comunicação alternativos, etc.

[4] Accountability é um conceito multidimensional. Basicamente ele possui três características: informação, justificação e punição/compensação. No caso da accountability vertical trata-se das eleições, onde o eleitor recebe a informação do desempenho das lideranças e partidos, analisam as justificativas para seu desempenho, e depois julgam se votam novamente neste ou naquele candidato ou não. Na *accountability* horizontal essa depuração é feita pelas instituições.

intensa de organizações internacionais e blocos de integração. Foi nesse sentido que caminharam as análises de Guéhenno[5] (1994) e Hermet (1997), ao anunciar o "fim" da democracia para o século XXI como consequência da diluição da soberania do Estado que, para eles, paulatinamente abandonava suas fronteiras delimitadas, e dava início ao fim de um equilíbrio de poder adquirido com o processo de gênese e configuração dos Estados-nação. Estas análises seguiram a euforia da visão liberal da queda do muro de Berlim e a crença na completa vitória do mercado sobre o Estado, ensejando sacadas editoriais como o anúncio do fim da história (FUKUYAMA, 1992) e de um completo nocaute contra o inimigo (SARTORI, 2017).

Em um artigo publicado no *Journal of Democracy*[6] Schmitter (2015) argumenta que as democracias contemporâneas estão passando, não por uma recessão, mas sim por uma nova fase de transição. Para ele uma nova configuração democrática que pode ser denominada de "pós-liberal" estaria sendo formada baseada em pontos como consultas públicas amplas sobre questões orçamentárias, definições mais amplas de cidadania, financiamento público de partidos políticos e de organizações da sociedade civil, quotas para as mulheres, instituições de supervisão, dentre outras. Para Schmitter o foco de análise também deveria se voltar para a questão de que as democracias ocidentais estariam sendo cada vez mais cobrada por ideais normativos como igualdade social, ampliação do acesso e participação nas arenas reais de decisão e amplos direitos de liberdade.

O que estaria sendo questionado, de acordo com Schmitter é a máxima de que a democracia só pode existir em Estados nacionais. Para ele a mais fundamental instituição democrática – a cidadania – estaria dando sinais de que mudanças estruturais estariam acontecendo. O direito político da cidadania se transformou muito ao longo do tempo. Nas cidades-estados gregas mulheres, estrangeiros e escravos não possuíam esse direito. No mundo moderno, as mulheres conseguiram o direito a plena cidadania, mas em relação aos estrangeiros ainda persiste uma barreira em muitas das democracias existentes. Para Schmitter, a verdadeira ruptura virá quando a nacionalidade, seja por direito de sangue, seja por direito de solo, for separada do status de cidadania. Olhando para a cidadania europeia, o

[5] Em um ensaio que foi amplamente difundido, Jean-Marie Guéhenno reflete sobre o futuro do Estado nacional que, para ele, se desintegraria no decorrer do século XXI. Ele pensava basicamente na Comunidade Europeia e seu impacto direto nas soberanias nacionais. Com o Brexit e a saída do Reino Unido da comunidade em 2016, e uma nova onda de nacionalismo ganhando força na Europa, é preciso repensar se o Estado nacional está próximo do fim.

[6] O *Journal of Democracy* é um dos principais veículos de difusão do pensamento liberal numa linguagem científica. Todo o volume (v. 26, n. 1, janeiro de 2015) é dedicado ao estudo das causas da crise que a democracia vem enfrentando.

pesquisador vislumbra um cenário sem fronteiras e uma democracia com plenos direitos para além do território.

É preciso observar que a premissa de que a democracia possa funcionar para além dos Estados nacionais permanece uma aposta a ser derrubada empiricamente, pois tanto as tentativas de democratização de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Mundial do Comércio (OMC), como a democratização de blocos econômicos ou de integração cultural até o exato momento pouco tem avançado. Nesse sentido, o exemplo recente do sucesso do Brexit é didático, pois o que resultou de todo esse processo como experiência foi a de que os interesses nacionais, no caso a Grã-Bretanha, fossem tidos como prioritários diante da tentativa histórica de unificar diferentes povos com um passado comum. A questão da cidadania tem ficando de lado e as economias que sustentam o Bloco Europeu, como Alemanha e França tem presenciado um aumento significativo da força política de lideranças com programas de fechamento de fronteiras e desintegração.

John Markoff (2013) também tem chamado a atenção para o caráter de transformação e transição pelo qual os regimes democráticos vem passando. “Mesmo um prognóstico otimista sugere futuras ameaças à democracia na forma como ela é hoje praticada” (MARKOFF, 2013, p. 34). Duas características estariam forçando as democracias a uma transformação: criação e fortalecimento de instituições de governança transnacional e a disparidade de riqueza e poder entre estas democracias. Estas duas características estão conectadas, segundo o pesquisador, justamente porque Estados mais ricos e poderosos detêm o controle de instituições como ONU e seu Conselho de Segurança, FMI, OMC, OMS e, dificilmente, uma solução para os problemas atuais passem por essas instituições sem que haja uma efetividade delas acima dos interesses nacionais dos países dominantes.

Segundo Markoff, as disparidades de poder e riqueza entre as nações e no interior delas, igualmente, tem levado a desestabilização da ordem democrática liberal. Primeiramente, porque Estados mais poderosos retêm uma maior capacidade de controle da distribuição de projetos e recursos das instituições e organismos transnacionais, e; segundo, pois a cartelização[7] dos resultados democráticos em Estados nacionais tem gerado uma profunda descrença de que a democracia pouco tem ajudado ou que pouco importa para a vida

[7] Faz-se o uso do termo cartelização no sentido de que os resultados que a democracia gera cada vez mais seguem sendo controlados por lobbys fortíssimos. Um bom exemplo é o da indústria farmacêutica que segue protegendo suas patentes e mantendo o acesso a remédios para tratamentos imprescindíveis a um custo alto. Na maioria das vezes é o dinheiro público que cobre a compra de remédios para esses tratamentos, o que acaba injetando uma grande quantidade de recursos públicos na área.

diária dos cidadãos comuns. A omissão por parte da democracia na resolução desses problemas provoca uma queda do apoio de massas e um aumento no apoio em programas populistas supostamente mais práticos.

Em sua análise, Schmitter praticamente ignora ou dá pouca importância para fenômenos que, de acordo com Nodia (2017), vêm ganhando cada vez mais apoio das massas, como o populismo de direita e a ascensão de uma nova onda de nacionalismo com características xenofóbicas. A tese de sua ordem pós-liberal traz questões importantes que já vem acontecendo como o avanço nas quotas para as mulheres, financiamento da democracia e a instauração e estabilidade de instituições de supervisão. No entanto, paralelamente a esse movimento, o que temos visto é uma nova onda conservadora muito forte capaz, tanto de fazer congelar esses avanços, como de fazê-los retroagir. O agravamento da percepção de que os resultados democráticos não têm impactado a vida dos cidadãos está relacionada a questões mais estruturais e dizem respeito a dimensões não tocadas pela análise mais tradicional da crise democrática.

Assim como Schmitter, Markoff sustenta que a questão da cidadania restrita a Estados nacionais constitui um mecanismo básico de sustentação da desigualdade global. O enfoque deste autor, no entanto, se concentra no questionamento de que o futuro da democracia e sua capacidade de resolver os problemas contemporâneos não mais podem ser pensada a parir da conservação de democracias restritas a Estados nacionais. Para ele, um primeiro passo a ser dado para superar esse duplo déficit democrático é o acionamento de uma ampla cidadania para além dos Estados, bem como repensar a democratização efetiva de instituições e organismos internacionais.

O fato é que a democracia liberal tem passado por agravamentos sérios e problemas de legitimidade. Não estamos caminhando para uma dissolução dos Estados, pelo contrário, há um crescimento do nacionalismo protecionista; também não seguimos numa trajetória de democratização das instituições internacionais, ao contrário, instituições como Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ONU e OMC vêm sendo alvo de constantes ataques[8] por parte de chefes que representam democracias consideradas modelares.

Portanto, confiar numa ordem pós-liberal, como Schmitter, ou na democratização de instituições transnacionais, como Markoff, parecem realidades muito distantes dos atuais dias.

[8] Donald Trump tem se destacado no ataque a essas instituições. Em reunião feita em Bruxelas em julho desse ano, o chefe de governo dos Estados Unidos ameaçou retirar seu país da OTAN. Disponível em: https://wapo.st/2LpTNJA, em 24-08-2018. Recentemente, iniciou uma guerra comercial com a China, causando uma desestabilidade desta instituição e incertezas no comércio mundial. Disponível em: https://nyti.ms/2MsWq2n, em 24-08-2018.

Instituições que estão no cerne do modelo liberal como partidos políticos e parlamentos estão cada vez mais desacreditadas quando as análises voltam-se para o apoio de massas. Algumas análises também têm detectado uma deterioração da arquitetura democrática, como em dimensões de Estado de direito, mecanismos de *accountability* e até em declínio do envolvimento das pessoas com o processo eleitoral. E se a democracia tem passado por momentos críticos onde ela já está a muito tempo estabelecida, em do Leste Europeu, da África e da América Latina, os problemas que ela vem acumulando são mais agudos e concentram fatores de ordem sócio-histórica.

AS ANÁLISES MAIS PESSIMISTAS

Diferente das análises que veem a crise da democracia como momentos em que ela está em transformação ou transição, as análises de declínio ou recessão democrática concentram-se mais na racionalidade dos agentes e geralmente focam na deterioração da arquitetura democrática, tais como capacidade de Estado, restrições e controle da competição política, agravamento do Estado de direito e de mecanismos de *accountability*, descontrole da corrupção e a incapacidade da Justiça de punir os agentes públicos. Para este tipo de compreensão da crise democrática, há a existência de um conjunto de elementos que precisam estar contemplados para que os regimes possam ser classificados como democracias ou não, com status de democratização ou recessão.

Para Fukuyama (2015), há uma incapacidade de institucionalização presente nas democracias contemporâneas – principalmente naquelas da terceira onda – onde a capacidade de Estado não acompanhou as aspirações e demandas populares por *accountability* democrática. Nessas democracias, argumenta o pesquisador, a mudança do autoritarismo para a democracia foi operacionalizada, mas ainda se encontra forte resistência para a passagem de um Estado patrimonialista para um Estado moderno e com uma burocracia impessoal. Estas democracias não chegam a ser, nem liberais, nem regimes fechados, haja vista a presença de certa competição e participação, ficando estacionadas numa "zona cinzenta", entre um regime liberal puro e um autoritário (COROTHERS, 2002).

Em Fukuyama o declínio da democracia está relacionado ao argumento sócio-histórico do desenvolvimento do Estado e do fato de uma burocracia de tipo weberiano anteceder aspirações e organização da sociedade civil na luta por direitos. Estados com alta capacidade concentraram capitais e coerção (TILLY, 1999) para logo depois vir a afirmar o Estado de direito e uma burocracia moderna. Esta é a tese central de Huntington (1968), na qual procura

justificar que, antes que um país se democratize, é preciso que uma ordem e institucionalização da política estejam presentes através de um Estado forte. Caso contrário, o excesso de aspirações e demandas populares somadas a canais institucionais frágeis de resolução formariam um caos e a ruína da jovem democracia estaria sendo anunciada.

Nessa linha, Diamond (2015) argumenta que tem ocorrido um contínuo movimento numa trajetória de recessão democrática. O pesquisador contabiliza pelo menos 25 colapsos democráticos desde 2000. Os casos vão desde golpes militares até degradações da arquitetura democrática, como violações dos direitos civis e políticos. Ele aponta como exemplos, a Rússia de Putin, a Venezuela de Chávez e agora Maduro, a Turquia de Erdogan e as Filipinas de Duterte. Todos governantes que chegaram ao poder por vias democráticas, mas que, uma vez em seus postos de comando, trabalharam e trabalham com grande esforço para concentrar poder pessoal em detrimento da garantia ao Estado de direito, principalmente através de instrumentos como cooptação, desmoralização ou simples sufocamento dos espaços de competição política e eliminação dos mecanismos de *checks and balances*.

É preciso salientar que retrocessos democráticos não vêm acontecendo apenas na Rússia, Turquia ou mesmo Venezuela como argumenta Diamond (2017). Uma agenda de pesquisas mais ampla deve reconhecer que os problemas que a democracia vem apresentando não se restringem apenas a democracias da terceira onda, mas está presente também em nações consideradas exportadoras do modelo liberal de democracia como Estados Unidos e Inglaterra. Recentemente, com os governos da conservadora Theresa May e do republicano Donald Trump, dois dos principais modelos de democracia liberal no mundo hoje passam um recado de claro retrocesso democrático[9] ao fecharem suas nações diante da necessidade de negociação para a resolução de problemas como imigração, epidemias globais e aquecimento global, além dos constrangimentos legais para minorias e estrangeiros que vem ocorrendo em seus países.

Paralelamente à deterioração da arquitetura democrática, alguns estudos e pesquisas têm apontado também uma piora na percepção dos cidadãos comuns em relação ao regime democrático. Tem aumentado a insatisfação com o funcionamento da democracia em muitos países, levando a caracterizações de "democracias insatisfeitas" (PHARR; PUTNAM, 2000); um contínuo declínio da confiança em instituições que formam o cerne do modelo de democracia liberal como partidos políticos e parlamentos tem se aprofundado (NORRIS,

[9] Ao contrário do que previa alguns analistas, a ideia de Donald Trump de construir um muro na fronteira com o México não constituiu apenas em um recurso estilístico em sua plataforma de campanha, sendo que o então presidente tem procurado constantemente apoio para tal iniciativa.

1999; CATTERBERG; MORENO, 2006); e até mesmo um processo inicial de queda na adesão aos valores da democracia entre coortes mais jovens tem aparecido em pesquisas recentes (FOA; MOUNK, 2016, 2017).

Se a preocupação em alguns estudos está relacionada à questão da arquitetura institucional democrática, em outros ela foca na crise dos valores, insatisfações com o funcionamento e desempenho democrático. Estas duas dimensões têm implicações importantes para se entender o modelo de análise que entende a crise da democrática atual como um momento de recessão. A primeira delas é que uma deterioração da arquitetura pode levar a problemas de desempenho. A segunda, que está correlacionada com a primeira anuncia que, com uma crescente onda de insatisfação e queda do apoio de massas, alternativas autoritárias tornam-se mais atraentes para lideranças personalistas ou grupos patrimonialistas. Como a legitimidade numa democracia vem do povo, é imprescindível que este dê o apoio necessário para a estabilidade do regime.

O DILEMA DO PARADOXO INTRÍNSECO DA DEMOCRACIA LIBERAL

Todo regime democrático convive com um misto de inclusão e exclusão. E, como afirma Macpherson, a democracia moderna, ou liberal representativa só se tornou possível e teoricamente defensável na medida em que a fórmula um homem, um voto, não mostrou ser arriscado para os direitos que garantiam a propriedade privada (MACPHERSON, 1978, p. 17). Esse argumento traduz que a aceitação dos ideais do liberalismo e de uma sociedade capitalista foram aos poucos se entrelaçando aos ideais democráticos, como argumenta Markoff (2013), ao pensarem na democracia como método de governo, os democratas do século 18 seguiam algumas ideias do modelo clássico de democracia, mas rejeitavam definitivamente outras.

A democracia liberal moderna, de berço aristocrático, foi uma importante invenção para a manutenção da ordem burguesa que procurava se afirmar entre os séculos XIX e XVIII (LEFORT, 1987). Esse regime de representação surgido da necessidade de domesticar e conter aspirações da plebe ao acesso de direitos encontrou no voto, nos partidos e nos parlamentos, uma transição mais segura para as profundas mudanças provocadas pela ruína da ordem absolutista. Um regime aristocrático que aos poucos vai sucumbindo à ideia de igualdade política da fórmula: um homem um voto.

O dilema do paradoxo intrínseco da democracia liberal está na sua peculiaridade genética de restringir ou mesmo afastar os cidadãos comuns das arenas reais de decisão

política. O meio encontrado para essa contenção foi a representação política, restrita a poucos homens da aristocracia, num primeiro momento, depois expandida pouco a pouco conforme a pressão popular aumentava. O que foi o cartismo[10] senão uma busca pela presença institucionalizada das massas operárias no sistema já estabelecido de representação?

Um povo se autogovernando, decidindo sobre seu próprio destino. Esse discurso ganha as principais nações da Europa, mas é nos Estados Unidos da América que ele é naturalizado com maior rapidez e passa a se tornar um modelo. De fato, dado o pragmatismo dos pais fundadores[11] desse regime nesse país e a ausência de um passado aristocrático, fez com que houvesse um clima de igualdade entre os cidadãos. Foi o que espantou Tocqueville (1987), a igualdade de condições e a liberdade para a busca do sucesso financeiro e felicidade fez com que seu estudo colocasse esse regime em perspectiva positiva quando comparado ao de seu país.

O debate exposto nas páginas precedentes reflete a naturalização do discurso científico dentro dos marcos de um liberalismo assumido pela Ciência Política norte-americana (BIANCHI, 2011). Ciência Política que, segundo Lowi (1992), é ela própria um produto do Estado norte-americano, ao mesmo tempo em que é geneticamente orientada pelos princípios do liberalismo e assumindo desde cedo um caráter de ciência do Estado, seja pelo foco na elaboração de estudos para políticas de Estado, seja na forma de afirmar a ideologia deste pelo discurso científico.

Os princípios postos pelo debate presente nesse trabalho revelam uma aquiescência com o modelo liberal de democracia. A natureza da representação para a política contemporânea é aborda superficialmente ou é negligenciada de modo absoluto. Diante das profundas transformações sociais que a revolução tecnológica tem ajudado a fomentar, uma delas diz respeito à descrença generalizada em instituições como partidos políticos e parlamentos. É importante questionar o futuro dessas instituições, principalmente porque as pessoas não mais se sentem por elas representadas. Diante do aprofundamento da complexidade que os problemas sociais apresentam, que cada vez mais necessitam de uma sinergia entre as nações, seria possível pensar numa ordem democrática pós-representativa? É

[10] O Cartismo foi um movimento operário inglês que, dentre outros pontos, reivindicava o sufrágio universal masculino, voto secreto, eleições regulares, participação da classe operária por meio de representantes no parlamento e a respectiva remuneração deles. A remuneração era um ponto importante, pois o parlamento era composto pela aristocracia, que detinha rendas e não precisavam para isso, trabalhar.

[11] Apesar da ausência de um passado aristocrático, Bianchi (2011) destaca que James Madison e outros federalistas tinham um grande temor de que uma classe de não proprietários viesse a tomar conta dos rumos da política naquele momento.

provável que sim, pois a Ciência Política de um modo geral só tem a ganhar com esses rompimentos epistemológicos.

DIAGNÓSTICOS?

Merriam (1947) destacou que a democracia de sua época era atacada tanto pelas esquerdas quanto pelas direitas. Esta é uma firmação que poderíamos aplicar de modo satisfatório ao cenário contemporâneo. O quadro de transição e recessão que toma forma exige uma alta capacidade de resiliência da democracia diante das transformações correntes. A revolução tecnológica tem impactado diretamente no modo como as pessoas percebem os resultados democráticos em suas vidas. Norris (1999) destacou o caráter crítico dos cidadãos modernos. Phar e Putnam chamaram a atenção da onda de insatisfação com o funcionamento da democracia moderna. Foa e Mounk disseram que os jovens não mais apoiam a democracia como as gerações que os precederam, havendo uma desconexão para com a democracia.

Fukuyama (2015) trouxe a tese de que a democracia vem falhando justamente em Estados com baixa capacidade para entregar políticas públicas satisfatórias para seus cidadãos. Diamond (2015) apontou para uma deterioração da arquitetura democrática em muitos países, com o esvaziamento da competição política e cooptação da burocracia. Mas, afinal, o que está ocorrendo de fato com as democracias liberais? Para sinalizar a essa resposta é preciso entender quais elementos estiveram presentes nas transições que levaram às ondas de democratização, e como outros fatores estiveram envolvidos nas ondas reversas de fechamento e autoritarismo.

Transições da primeira onda[12] (1820-1926) promoveram fortemente a legitimidade de instituições centrais do modelo liberal de democracia como partidos políticos, parlamentos, institucionalização de certa competição e ampliação do sufrágio masculino. Transições da segunda onda (1945-1962) afirmaram o Estado de direito, burocracia profissional, mecanismos de *accountability* horizontal e vertical, principalmente por meio da normatividade eleitoral com justiças eleitorais para regular a competição política. Transições da terceira onda afirmaram o modelo liberal de democracia, fomentaram mecanismos de accountability social e responsabilização dos governantes. Se as democracias estão passando por uma nova fase de transição, quais seriam então as evidências mais claras?

[12] As análises de duração das ondas democráticas são de Huntington (1991). Uma fonte alternativa é Markoff (1996).

Alguns destes elementos já vêm sendo debatidos há algum tempo, enquanto outros já foram postos em prática:

- ✓ Financiamento democrático: há uma forte crítica em relação ao financiamento privado dos custos democráticos. Esse é um debate forte que vem acontecendo no regime norte-americano, com a presença cada vez mais forte do lobby e a cartelização dos resultados democráticos naquele país. O Brasil, por exemplo, encerrou o financiamento da democracia por parte de pessoas jurídicas[13], num avanço de reforma do sistema eleitoral em partes como consequências das crises agudas de casos de corrupção crônica envolvendo instituições e agentes públicos.
- ✓ A natureza da representação: essa é um dos temas mais debatidos atualmente pela literatura. Cernes do modelo liberal de democracia, partidos políticos e parlamentos estão cada vez mais desacreditados pela população (CASTELLS, 2018). O desinteresse em manter o apoio a essas instituições vem do fato das pessoas não mais se sentirem representadas por meio desse ordenamento. A inviabilidade da prática da democracia direta aliada a um aumento expressivo na complexidade social faz da representação um tema prioritário para uma adaptação ou transformação da democracia. A revolução na tecnologia das comunicações sinaliza com um cenário de alento, embora as mídias sociais venham sendo destacadas como desestabilizadoras do consenso e da pluralidade democrática por acentuar a polarização (LYNCH, 2015). É possível que num futuro não distante os cidadãos sejam chamados "deslizar" pelo "sim" ou pelo "não" quando temas polêmicos estiverem em pauta.
- ✓ Educação democrática: precisamos entender que tipo de educação democrática estamos deixando para as futuras gerações. O apoio de massas ao regime é um fator importante para sua estabilidade. Essa argumentação vem originalmente de Easton (1957) e da tese da revolução silenciosa de Inglehart (1971), que verificou uma tendência de mudança valorativa nos indivíduos de países da Europa ocidental e América do Norte, que estavam transitando do que chamou de valores de sobrevivência para valores de autoexpressão. Enquanto valores de sobrevivência preza pela acumulação material, os valores de autoexpressão inclinam os indivíduos a

[13] Permanece ainda a possibilidade de contribuições de pessoas físicas. Para o processo eleitoral de 2018, já foram destinados um total de R$ 1.716.209.431,00 que será transferido aos diretórios nacionais dos 35 partidos com registro no TSE.

maiores aspirações por liberdades de expressão, de envolvimento e participação em temas como meio ambiente, paz, desigualdade, etc.

Ondas reversas[14] ocorrem justamente por causa de elementos que provocam uma disjunção no funcionamento democrático. Na primeira onda reversa (1922-1945) presenciamos a ascensão de um nacionalismo extremista nas faces do nazismo e do fascismo, causando, inclusive, a ruína daquela que era considerada uma arquitetura democrática bem acabada – a Constituição de Weimar – que deu suporte para o breve funcionamento democrático alemão. Na segunda onda reversa (1960-1975), causada em grande medida pelo estabelecimento de uma ordem mundial bipolar, o fechamento de muitos regimes tanto na América Latina quanto no Leste Europeu se deu sob influência, de um lado pelos Estados Unidos, por ironia supostamente os "guardiões" do modelo liberal de democracia e, de outro, pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), um regime fechado, de economia planificada, partido político único, portanto, sem competição, que estendeu seu modelo para os demais países-membros.

No entanto, nessa nova onda reversa que tem sido anunciada, alguns fatores novos têm desestabilizado e levado à democracia liberal numa trajetória de recessão:

- ✓ Terrorismo: depois do 11 de setembro nos Estados Unidos, e de repetidos ataques em países como França, Inglaterra e Alemanha, governos têm revelado falhas constantes no sistema de segurança de suas nações. Cidadãos têm apoiado um recrudescimento por parte do Estado, inclusive abrindo mão de dados particularidades em prol de uma suposta maior segurança.
- ✓ Nacionalismo: para quem apostava na gradual dissolução dos Estados nacionais, hoje o mundo presencia exatamente o oposto. Estados Unidos e Inglaterra lideram a onda de um neonacionalismo com fortes características protecionistas. Enquanto o mundo sofre com crises por toda parte, a estratégia desses países têm sido assegurar seus ganhos para que permaneça certa satisfação e apoio ao regime internamente.
- ✓ Populismo: é uma variante central do nacionalismo e um movimento que tende a se fortalecer quando aumenta a disjunção em um sistema político. E ele está cada vez mais forte na Europa e nos Estados Unidos. Os exemplos de Marie Le Pen e Donald Trump, lideranças políticas com programas de fechamento, eliminação dos direitos

[14] De acordo com Huntington (1991), no início da primeira onda reversa o mundo contava com 29 democracias, e quando ela terminou esse número caiu para 12. No início da segunda onda reversa o mundo possuía 36 democracias, terminando o ciclo com 30. Os dados entre início e fim de cada onda reversa são do autor.

das minorias e "proteção" de seus povos contra os estrangeiros podem ser replicados em outras nações democráticas com iguais problemas de desempenho de políticas públicas nessa área.

- ✓ Xenofobia: também uma variante do nacionalismo e se constitui em elemento central para o discurso populista, na Europa, este é, definitivamente, um problema que tem se tornado crônico. Com um passado de imperialismo e colonização mundo afora, agora a Europa, mais do que em qualquer outro momento, experimenta uma onda maciça de imigrantes, vindos, principalmente da Guerra da Síria e África, para seus países. A sinergia na elaboração de políticas públicas para esse problema e sua interconexão em continente europeu ainda é lenta e a sua ineficácia é o que tem feito aumentar, consideravelmente, as forças políticas com populismo extremista nessa região.
- ✓ Crises migratórias: um drama que tem aumentado sem soluções efetivas. O problema que vem de fora precisa ser saneado na sua raiz. É preciso desenvolver e assegurar estabilidade política nos países que estão constrangendo seus povos a irem embora. São Estados com baixa capacidade e com históricos de baixa estabilidade política.
- ✓ Descontrole nuclear: a tensão causada recentemente pela Coreia do Norte com testes de mísseis balísticos colocou o mundo em alerta. Esse é um daqueles problemas que podem – a partir de uma faísca – implodir a já cambaleante ordem liberal atual.
- ✓ Incapacidade e a cartelização de instituições e organismos internacionais como ONU, FMI e OMC provocam uma reação de descrença, por parte das nações no arranjo global. Seria necessária uma maior democratização de tais instituições para reequilibrar o poder entre as nações e fazer com que países menos desenvolvidos sintam que vale a pena contribuir para tal ordem.

É grande a lista de fatores que têm provocado a ascensão de um novo autoritarismo e provocado uma nova onda reversa de democratização. Muitos deles são problemas altamente complexos que necessitam da sinergia de muitos países para sua resolução. A dificuldade de encontrar parcerias entre as nações sugere um futuro em que o declínio democrático pelo mundo se agrave frente a uma nova onda de nacionalismo, fechamento e protecionismo. Não há fim da história, tampouco uma derrota do inimigo. E, além do mais, a democracia na maior parte das vezes não morre mais através de rupturas bruscas causadas pelo uso dos canhões em golpes de Estado, mas sim de dentro, a partir dos próprios jogadores do poder trabalhando para deteriorar sua arquitetura, minando-a por dentro (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Hoje os problemas da democracia liberal são cada vez mais de ordem edipiana que, vendo sua própria

imagem refletida nos mais diferentes ordenamentos nacionais, é ela própria incapaz de se proteger de outsiders eleitorais, de enxergar críticas a si mesmo e pôr em práticas mudanças substantivas.

CONCLUSÃO

O contexto da terceira onda e ruína do regime soviético e as interpretações posteriores de pós-nacionalismo e vitória da democracia liberal de mercado sobre outras formas chegaram a um esgotamento. E o debate entre a visão de transição e a visão de recessão é feito dentro do quadro de naturalização do discurso científico do modelo liberal de democracia defendido pela Ciência Política norte-americana desde sua fundação. Ambas as visões jamais questionam a natureza da representação ou sugerem que modelos democráticos diferentes deveriam ser aplicados em nações com uma cultura diferente ou com uma trajetória de desenvolvimento diferente.

Este trabalho procurou chamar a atenção para o fato de que a democracia liberal possui, em sua estrutura genética, traços que afastam os cidadãos comuns das arenas reais de decisão política. Como argumentamos, essa era uma das preocupações dos pais fundadores das democracias liberais modernas, principalmente no modelo norte-americano. A natureza da representação política e o financiamento privado dos custos democráticos parecem cada vez mais serem os elementos causadores da baixa legitimidade atualmente. A literatura produzida pela Ciência Política tradicional até aqui tem feito apenas construir e reproduzir análises que jamais questionam este problema central da democracia liberal. Enquanto as pessoas comuns estão deixando a cada dia de se sentir representada nas arenas reais de decisão, outra questão surge como um problema importante: o do financiamento da democracia. A cartelização do acesso aos seus resultados pelo mercado financeiro multiplica a descrença no funcionamento desse regime. Democracia para os ricos e políticas públicas protelatórias para os pobres.

Novas formas de representação deverão surgir, mas instrumentos diretos de participação dos cidadãos devem, igualmente, ser estimulados. Com a profunda transformação social acelerada com a revolução tecnológica, os argumentos de que a participação deve estar restrita ao voto faz cada vez menos sentido. Um futuro conectado e com estímulos para que os cidadãos realmente participem de decisões reais que impactarão a sua vida garantirá a volta da crença numa democracia que poderá estar arquitetada de muitas formas. Em um regime que se julga democrático, a busca pela legitimidade deve ter na criatividade um aliado importante para sua necessária capacidade de regeneração. Será a reinvenção da invenção. Só que desta

vez aproximando e não afastando os cidadãos das decisões, o que promoverá uma cultura política mais participativa.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1966.

BIANCHI, Álvaro. **Political Science contra a democracia**: a formação de uma tradição. Opinião Pública, v. 17, n. 1, jun, p. 76-105, 2011.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CAROTHERS, Thomas. **The end of the transition paradigm**. Journal of Democracy, v. 13, n. 1, jan., p. 5-21, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Ed. Edusp, 2012.

_____. **Sobre a democracia**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016.

DIAMOND, Larry. **O espírito da democracia**: a luta pela construção de sociedades livres em todo o mundo. Curitiba: Ed. Instituto Atuação, 2015.

_____. **Para entender a democracia**. Curitiba: Ed. Instituto atuação, 2017.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

EASTON, David. **An approach to the analysis of political systems**. World Politics. v. 9, n. 3, p. 383-400, apr., 1957.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. **Why democracy is performing so poorly?**. Journal of Democracy, v. 26 n.1, jan., p. 11-20, 2015.

GALLIE, W. B. **Essentially Contested Concepts**. Proceedings of the Aristotelian Society, vol. 56 (1955-1956), p. 167-198, 1956.

GUÉHENNO, Jean-Marie. **O fim da democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1994.

HERMET, Guy. **A democracia**. Lisboa: Ed. Piaget, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P.. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

_____. **Democracy's third wave. Journal of Democracy**, v. 2, n. 2, p. 12-34, 1991.

INGLEHART, Ronald. **The silent revolution in Europe**: intergenerational change in post-industrial societies. American Political Science Review, vol. 65, n. 4, p. 991-1017, dec., 1971.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LYNCH, Marc. **How the media trashed the transitions**. Journal of Democracy, v. 26, n. 4, oct, p. 90-99, 2015.

LIPSET, Seymour Martin. **Some social requisites of democracy**: economic development and political legitimacy. The American Political Review, vol. 53, n. 1, mar., p. 69-105, 1959.

LOWI, Theodore J. **The state in political science**: how we become what we study. The American Political Science Review, v. 86, n.1, mar, p. 1-7, 1992.

LUCAS, John Randolph. **Democracia e participação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

MARKOFF, John. **Democracia**: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. Sociologias, vol. 15, n. 32, p. 18-50, 2013.

MERRIAM, Charles E. **O que é democracia**. São Paulo: Assunção, 1947.

MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NODIA, Ghia. **The end of the postnational illusion**. Journal of Democracy, v. 28, n. 2, apr., p. 5-19, 2017.

SARTORI, Giovanni. **O que é democracia**. Curitiba: Instituto Atuação, 2017.

SCHMITTER, Philippe C. **Crisis and transition, but not decline**. Journal of Democracy, v. 26, n. 1, jan., p. 32-44, 2015.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: UNESP, 2017.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1966.

_____. **Democracia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.

TOCQUEVILLE, Alex. **A Democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.